

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594794>

“AGRO” – O PONTO NODAL DO DISCURSO POR “UMA SÓ AGRICULTURA”

*“AGRO” – THE NODAL POINT OF THE DISCOURSE FOR “ONE
AGRICULTURE”*

*“AGRO” – LE POINT NODAL DU DISCOURS POUR “UNE
SEULE AGRICULTURE”*

*“AGRO” – EL PUNTO NODAL DEL DISCURSO POR “UNA
SOLA AGRICULTURA”*

 **Vinícius Jean Barth**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo | Este artigo utiliza a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para analisar a crescente hegemonia do discurso "Uma Só Agricultura" no contexto político brasileiro. A análise mostra como a lógica discursiva dos porta-vozes do patronato rural influencia a arena política, adaptando-se para representar também os atores da agricultura familiar. Observou-se que o discurso "Uma Só Agricultura" começou a ganhar força durante os governos petistas e se tornou hegemônico com a ascensão de governos de orientação liberal e autoritária, fortalecidos pelo populismo de direita. A difusão deste discurso foi significativamente impulsionada por ministros da agricultura e líderes do setor agropecuário, muitos deles ligados a instituições como a CNA e a FPA. A pesquisa observou que este discurso produziu mudanças institucionais significativas, refletindo e moldando as políticas públicas e a organização das instituições. Compreender a prática articulatória do discurso "Uma Só Agricultura" requer uma análise mais profunda dos discursos antagônicos produzidos por diferentes coalizões do agronegócio. A aplicação da Teoria do Discurso oferece insights valiosos para formuladores de políticas, permitindo uma compreensão mais holística dos interesses e dinâmicas de poder no setor agrícola.

Palavras-chave: Discurso. Hegemonia. Agronegócio. Agricultura Familiar. Política Agrícola.

Abstract: This article employs the Discourse Theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe to analyze the growing hegemony of the "One Agriculture" discourse in the Brazilian political context. The analysis reveals how the discursive logic of rural patronage spokespeople influences the political arena, adapting to also represent family farming actors. The "One Agriculture" discourse began to gain strength during the Workers' Party governments and became hegemonic with the rise of liberal and authoritarian-oriented governments, strengthened by right-wing populism. The diffusion of this discourse was significantly driven by agriculture ministers and agribusiness leaders, many of them linked to institutions like the CNA and the FPA. The research observed that this discourse produced significant institutional changes, reflecting and shaping public policies and the organization of institutions. Understanding the articulatory practice of the "One Agriculture" discourse requires a deeper analysis of the antagonistic discourses produced by different agribusiness coalitions. The application of Discourse Theory provides valuable insights for policymakers, allowing a more holistic understanding of the interests and power dynamics in the agricultural sector.

Keywords: Discourse. Hegemony. Agribusiness. Family Farming. Agricultural Policy.

Résumé: Cet article utilise la Théorie du Discours d'Ernesto Laclau et Chantal Mouffe pour analyser l'hégémonie croissante du discours "Une Seule Agriculture" dans le contexte politique brésilien. L'analyse montre comment la logique discursive des porte-parole du patronat rural influence l'arène politique, en s'adaptant également pour représenter les acteurs de l'agriculture familiale. On a observé que le discours "Une Seule Agriculture" a commencé à gagner en force pendant les gouvernements du Parti des Travailleurs et est devenu hégémonique avec l'ascension de gouvernements de tendance libérale et autoritaire, renforcés par le populisme de droite. La diffusion de ce discours a été significativement impulsée par les ministres de l'agriculture et les leaders du secteur agro-industriel, dont beaucoup sont liés à des institutions telles que la CNA et la FPA. La recherche a observé que ce discours a produit des changements institutionnels significatifs, reflétant et façonnant les politiques publiques et l'organisation des institutions. Comprendre la pratique articulatoire du discours "Une Seule Agriculture" nécessite une analyse plus approfondie des discours antagonistes produits par différentes coalitions de l'agro-industrie. L'application de la Théorie du Discours offre des insights précieux pour les décideurs politiques, permettant une compréhension plus holistique des intérêts et des dynamiques de pouvoir dans le secteur agricole.

Mots-clés: Discours. Hégémonie. Agro-industrie. Agriculture Familiale. Politique Agricole.

Resumen: Este artículo utiliza la Teoría del Discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe para analizar la creciente hegemonía del discurso "Una Sola Agricultura" en el contexto político brasileño. El análisis muestra cómo la lógica discursiva de los portavoces del patronato rural influye en la arena política, adaptándose también para representar a los actores de la agricultura familiar. Se observó que el discurso "Una Sola Agricultura" comenzó a ganar fuerza durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores y se volvió hegemónico con el ascenso de gobiernos de orientación liberal y autoritaria, fortalecidos por el populismo de derecha. La difusión de este discurso fue significativamente impulsada por los ministros de agricultura y líderes del sector agropecuario, muchos de ellos vinculados a instituciones como la CNA y la FPA. La investigación observó que este discurso produjo cambios institucionales significativos, reflejando y moldeando las políticas públicas y la organización de las instituciones. Comprender la práctica articulatoria del discurso "Una Sola Agricultura" requiere un análisis más profundo de los discursos antagonísticos producidos por diferentes coaliciones del agronegocio. La aplicación de la Teoría del Discurso ofrece insights valiosos para los formuladores de políticas, permitiendo una comprensión más holística de los intereses y dinámicas de poder en el sector agrícola.

Palabras clave: Discurso. Hegemonía. Agronegocio. Agricultura Familiar. Política Agrícola.

Introdução

A categorização dos atores sociopolíticos do segmento rural brasileiro tem sido historicamente complexa, refletindo diferentes níveis de reconhecimento pelo Estado e variado acesso a políticas públicas. Até meados dos anos 1990, os produtores rurais eram geralmente classificados como pequenos, médios e grandes, uma abordagem que simplificava a rica diversidade das atividades rurais e suas complexas interações (Schmitt, 1996; Schneider, 2009; Picolotto, 2011).

Ao longo das últimas três décadas, observou-se o surgimento de atores dentro da categoria ampla de pequenos produtores rurais, que emergiram na arena sociopolítica por meio de diferentes identidades e modelos organizacionais. Dentre esses, destacam-se sindicatos e movimentos sociais que contestaram a falta de resposta do Estado em relação às demandas específicas de seus grupos sociais. Como resultado dessas dinâmicas, construiu-se a categoria sociopolítica "agricultura familiar", com o objetivo de unificar essa diversidade de atores em uma única identidade (Picolotto, 2011). Por meio dessa identidade compartilhada, esses atores, que anteriormente eram considerados "outsiders" na arena política, passaram a ser reconhecidos como agentes sociais, interagindo de forma mais ativa e contribuindo para a constituição do Estado (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Niederle, Sabourin, Schmitt, 2019). Eles passaram a ocupar cargos em espaços governamentais (trânsito institucional), integrar conselhos, ser objeto de políticas públicas e contribuíram para ampliar as capacidades estatais (Lavalle, 2018; Medeiros, 2020; Barth e Grisa, 2021).

No contexto dos anos 2000, a arena sociopolítica brasileira foi marcada pelo estabelecimento de um modelo dicotômico que polarizou os atores do rural em duas categorias distintas (Soldara, 2018). De um lado, encontravam-se diversos atores ligados à agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros (Picolotto, 2011). Por outro lado, estavam os representantes do agronegócio, vinculados a entidades ligadas ao patronato rural, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (Pompeia, 2020a; Pompeia, 2020b; Pompeia, 2021; Bruno, 2022).

Essa dicotomia foi fomentada pelo próprio Estado, especialmente durante os governos petistas (2003-2016), que institucionalizaram a distinção entre os segmentos ao estabelecer pastas ministeriais separadas para atender aos interesses de cada categoria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passou a representar prioritariamente o agronegócio, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se dedicava às demandas da agricultura familiar (Medeiros, 2020; Mattei, 2016; Soldara, 2018). Embora o MDA tenha sido criado no final de 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sua atuação foi ampliada nos governos petistas. Em 2016, um

dos primeiros atos do governo Michel Temer, após o impeachment de Dilma Rousseff, foi a extinção do Ministério, em um contexto político conturbado caracterizado como um golpe parlamentar. No entanto, em 2023, o órgão foi reinstaurado no terceiro mandato de Lula, agora sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Além dessa estruturação institucional, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, consolidando ainda mais a diferenciação entre os setores.

Um dos marcos notáveis dos governos petistas, que se estenderam de 2003 a 2016, e que tiveram impacto nas organizações da agricultura familiar e da Via Campesina, foi o lançamento anual do Plano Safra da Agricultura Familiar. O evento contava com a presença do presidente, ministros, senadores, deputados, e lideranças de organizações e movimentos sociais ligados ao rural. Neste espaço, ocorria a avaliação do Plano Safra anterior e o lançamento de novidades, com direito a discursos de lideranças (Bianchini, 2015; Grisa & Schneider, 2014; Picolotto, 2011). De então até 2018, o Plano Safra sempre apresentou duas edições: uma coordenada pelo MAPA, voltada para a agricultura empresarial, e outra coordenada pelo MDA, direcionada para a agricultura familiar.

No entanto, com o crescimento do MDA, tanto em relevância política quanto orçamentária, e das organizações que o idealizaram, as críticas na arena discursiva começaram a se intensificar. Essas críticas tiveram como marco a publicação do artigo “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro” (Buainain, et al, 2013). Paralelamente a isso, no âmbito acadêmico, retomou-se o discurso hegemônico que categorizava os atores rurais em pequenos, médios e grandes produtores. Esse discurso, que era predominante até o início dos anos 1990, havia perdido espaço devido à organização e fortalecimento dos atores que construíam a categoria sociopolítica da agricultura familiar.

Na arena política, essa linha discursiva se propagou de forma mais contundente a partir de 2016, durante o governo Temer (MDB), e continuou em 2019, com o governo Bolsonaro (PL). Este discurso é o que Favareto (2017) denomina como “Uma só agricultura”. Ele sinaliza para a necessidade de mudança na ação do Estado em relação ao tratamento das políticas públicas para a agricultura, favorecendo uma camada de “produtores” considerada economicamente viável e eficiente, com políticas agrícolas, enquanto os menos eficientes ficam à mercê de políticas sociais. Além disso, reforça a ideia de se ter um único ministério, pontuando diferenças apenas no que tange o tamanho (pequeno, médio e grande) em detrimento das formas de trabalho e de relacionamento com a terra.

Este artigo investiga a relação entre as mudanças discursivas dos Ministros do MAPA e as mudanças institucionais quanto ao tratamento dos atores da agricultura familiar. Utilizando a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, analisa-se a construção e ascensão do discurso de “Uma Só Agricultura” e seu impacto nas políticas públicas agrícolas brasileiras.

A teoria permite compreender o social e o político a partir da construção do discurso, entendido como prática articulatória, histórica e contingente, capaz de organizar relações sociais (Laclau e Mouffe, 1987). Através dos mecanismos discursivos propostos por Laclau e Mouffe, o artigo investiga como os atores do agronegócio consolidaram uma narrativa

hegemônica promovendo uma visão unificada da agricultura (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022). Essa abordagem teórica explora os aspectos discursivos da hegemonia e a influência desse discurso nas políticas públicas agrícolas brasileiras. Além disso, ao considerar os insights de Laclau e Mouffe sobre fenômenos populistas, o estudo examina como essas estratégias discursivas podem mobilizar apoio e legitimar a agenda da 'Uma Só Agricultura' no cenário político nacional.

O recorte metodológico deste estudo analisa três momentos específicos: o segundo mandato de Dilma Rousseff (2015), o governo de Michel Temer (2017) e o governo de Jair Bolsonaro (2019). Em cada período, serão examinados os discursos dos Ministros da Agricultura e suas implicações, representando, em conjunto, diferentes formas de permeabilidade do discurso "uma só agricultura" em cada governo. A análise baseia-se em entrevistas públicas e discursos oficiais, disponíveis em sites, proporcionando uma compreensão das dinâmicas discursivas e suas consequências.

O primeiro momento começa no primeiro ano do segundo mandato da presidenta Dilma, em 2015, quando Kátia Abreu, então filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹, foi nomeada Ministra da Agricultura e Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi nomeado Ministro do Desenvolvimento Agrário.

O segundo momento ocorre em 2017, durante o governo Temer, sob as gestões de Blairo Maggi, do Partido Progressistas (PP), como Ministro da Agricultura, e Eliseu Padilha, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como Ministro-chefe da Casa Civil. Nesse período, foi criada a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário (SEAD), que assumiu atribuições anteriormente pertencentes ao MDA. Adicionalmente, houve o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em um novo formato.

O terceiro momento ocorre em 2019, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), quando a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, à época, do partido Democratas (DEM)², discursou no lançamento do Plano Safra, em um formato unificado e sem uma edição específica para a agricultura familiar.

A escolha desses momentos específicos para análise justifica-se pelo tratamento distinto dado aos lançamentos dos Planos Safra em cada governo. Historicamente, o Plano Safra é um evento crucial para o lançamento das principais políticas públicas do setor agrícola, reunindo diversos atores sociopolíticos do meio rural. Além disso, este recorte foi realizado para elucidar a mudança discursiva dos três Ministros da Agricultura, todos com relações muito próximas à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no momento da formulação inicial do Plano Safra de cada um dos governos mencionados.

O ensaio se divide da seguinte maneira: esta seção introdutória é a primeira parte. A segunda seção será conceitual e, ao mesmo tempo, analítica, correlacionando conceitos da teoria do discurso com o objeto de análise deste ensaio, que é a constituição do discurso

¹ Atualmente o PMDB se chama Movimento Democrático Brasileiro e Kátia Abreu faz parte do Progressistas (PP).

² Filiada atualmente no Partido Progressistas, é Senadora pelo estado do Mato Grosso do Sul (MS).

“Uma Só Agricultura”. A terceira seção envolverá a reconstituição do corpus discursivo de cada governo. Por fim, a quarta e última seção trará as considerações finais.

Análise da construção do discurso “uma só agricultura” a partir dos conceitos da teoria do discurso político

Nesta seção, será realizada uma análise teórico-analítica da construção do discurso “Uma Só Agricultura” utilizando os conceitos da Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A seção fornecerá uma compreensão detalhada de como esses conceitos teóricos ajudam a elucidar as dinâmicas discursivas e suas implicações no campo sociopolítico brasileiro.

O discurso, segundo Laclau, é sempre uma prática, não apenas um conjunto de palavras; um discurso produz ações que geram sentidos na disputa pelo social. Ele salienta que existe uma estrutura complexa de identidades que compõem a sociedade, construídas a partir de relações discursivas *antagônicas*. Essa premissa refuta a dicotomia de análise marxista tradicional, que tende a reduzir as relações sociais a uma luta binária entre classes opressoras e oprimidas. Em vez de ver a sociedade como estruturada por um antagonismo fixo entre burguesia e proletariado, a teoria de Laclau e Mouffe argumenta que as identidades sociais são múltiplas e fluídas, emergindo de uma complexa rede de relações discursivas. Este enfoque permite uma análise mais detalhada e inclusiva das diversas formas de poder e resistência que não se enquadram facilmente na lógica binária do marxismo. Assim, ao invés de focar exclusivamente nas relações econômicas e de classe, a Teoria do Discurso reconhece a importância das dimensões culturais, políticas e ideológicas na constituição do social, proporcionando uma compreensão mais abrangente e dinâmica das relações de poder, moldando discursos sempre de forma *precária* e *contingente* (Laclau & Mouffe, 1985; Mendonça, 2009).

As noções de discursos precários e contingentes são relevantes para este trabalho. Discursos precários indicam que um discurso nunca abrange a totalidade ou a complexidade do real, deixando lacunas e espaços para posições antagônicas na arena discursiva. A contingência sugere que a produção dos discursos é contínua; um discurso hegemônico em determinado momento pode não sê-lo em outro (Laclau, 1993).

Ao analisarmos o discurso intitulado “uma só agricultura”, é perceptível que ele segue alinhado aos discursos hegemônicos dominantes na maior parte da história brasileira, emergentes do setor patronal e atualmente da coalizão de atores organizada em torno do agronegócio (Pompeia, 2020, 2023; Bittencourt; Romano; Castilho, 2022). Esta linha discursiva manteve-se, com menor poder na arena política, mesmo durante o período em que o dualismo na agricultura se manifestou na gestão estatal dos governos petistas. Importante salientar que este discurso não era autodenominado desta forma, mas passou a se chamar assim justamente para se contrapor ao discurso dualista na agricultura.

Além dos conceitos de discurso precário e contingente, é necessário compreender a dimensão do antagonismo na lógica discursiva. Para Laclau (1993), o antagonismo é a

impossibilidade de alcançar um sentido final e objetivo na produção de um discurso. O antagonismo emerge dos processos políticos e é sempre um discurso exterior que desafia o discurso hegemônico. Diversos discursos antagônicos coexistem, representando diferentes identidades. Um discurso se torna hegemônico ao conseguir aglutinar uma variedade de discursos dispersos em diferentes identidades. Segundo Mendonça (2009), a presença constante de um discurso impede a constituição completa do outro, reforçando as características da lógica laclauiana, onde a constituição dos discursos é precária, contingente e sempre ameaçada: “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 125).

A renovação do discurso emergente dos atores do agronegócio³, identificado como “Uma Só Agricultura” e “agro”, se materializa através da publicação das “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, do aumento da performance política da FPA por meio do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e de uma intensa campanha midiática. Trata-se de uma atualização discursiva desses atores, que podem ser agrupados em:

“(1) entidades por produtos agropecuários, (2) associações sindicais e/ou tradicionais da agricultura patronal e (3) núcleos intersetoriais envolvendo, além desses agentes do setor primário, representantes das indústrias a montante e jusante”. (Pompeia, 2020b, p. 202).

Tal articulação, está embebida em uma revisão histórica e em uma prática de articulação entre diferentes elementos de cada um destes grupos. Ou seja, esse discurso atualiza-se enquanto absorve críticas de discursos antagônicos, como as advindas de organizações da agricultura familiar. Trata-se de uma prática articuladora em que diferentes elementos são vinculados a um ponto nodal. No caso do discurso “Uma Só Agricultura”, o ponto nodal é o agro, que aglutina e sistematiza os diferentes elementos, conformando “um discurso de unidade: unidade de diferenças” (Mendonça, 2009, p. 158).

Lopes et al 2021 analisam a gênese do discurso do agro através das teorias de Laclau e Mouffe, e sintetizam este discurso:

Em termos de estratégia discursiva, há a tentativa de construir o senso comum da opinião pública centrado na positividade do agronegócio. Assim, opera a passagem do latifúndio ao agronegócio; do desmatador ao produtor sustentável; das commodities aos alimentos. A apropriação de bandeiras e demandas – enquanto significantes flutuantes – de projetos e discursos antagônicos como o agroecológico também faz parte do estratagema discursivo: a sustentabilidade passa a ser ressignificada na agricultura de baixo carbono, e na agricultura familiar se enfatiza o “agronegócinho”. Em sua construção hegemônica, o agronegócio atua para transformar o discurso das elites agrárias em discurso público, de interesse cada vez mais geral (Lopes et al, 2021, p. 9).

³ Pompeia (2020b) destaca o uso do termo agribusiness na literatura, como uma noção de categoria totalizadora, sobre tudo que é relacionado a agropecuária e as interconexões com outros setores da economia, apresentando a gênese do conceito nos Estados Unidos na década de 50, e a incorporação do termo no Brasil a partir dos anos 90, por entidades como a ABAG.

Os autores ainda pontuam que, ao suprimir o termo "negócio", o discurso obtém um ganho duplo: esconde seu propósito meramente comercial e enaltece o termo "agro", que abarca o máximo de sentidos do mundo rural, caracterizando-se, portanto, como um ponto nodal. A estratégia de construção discursiva passa por intelectuais orgânicos, redes sociais e mídias tradicionais. A rede de pesquisadores atrelada na construção das “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, influencers e campanhas institucionais, como a da TV Globo, “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”, são exemplos práticos dessa construção de hegemonia discursiva (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022; Pompeia, 2020b).

Para Laclau, uma hegemonia se estabelece quando uma determinada identidade, em um dado contexto histórico-discursivo, se coloca como representativa de múltiplos elementos de forma precária e contingente (Mendonça, 2009). De modo análogo, o agro se estabelece na arena pública enquanto um ponto nodal hegemônico, representando elementos diversos dentro da gama de pequenos, médios e grandes produtores rurais, atrelados à sindicatos, organizações por produtos e intersetoriais. Mas como isso ocorreu, no contexto sociopolítico brasileiro, dado que há uma considerável diversidade de identidades de atores sociais do rural que interagiram e constituíram gestões governamentais do Estado nas últimas décadas?

Parte da explicação está justamente na diversidade de atores. Para Laclau, uma ordem hegemônica sempre ocorre a partir da elaboração de um discurso particular que consegue representar identidades dispersas. Nos governos democráticos, em especial durante o ciclo de governos petistas, movimentos sociais e sindicais disputaram espaço nas arenas políticas para avançar na construção de agendas, muitas vezes buscando se diferenciar em seus discursos. É o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que se autodenomina representativo de camponeses, não se identificando prontamente com a categoria sociopolítica de agricultura familiar (Barth e Grisa, 2021). Da mesma forma, diferentes federações sindicais se colocam enquanto representativas da agricultura familiar, mas com estratégias e discursos distintos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL)⁴.

Por sua vez, a estratégia adotada pelo discurso “Uma Só Agricultura” reduz as categorias sociais a pequeno, médio e grande produtor rural, invisibilizando diversos processos de constituição das identidades de atores sociais e da diversificação cultural entre eles, desconstruindo o que foi evidenciado no âmbito das gestões e políticas públicas dos governos petistas. Ao mesmo tempo, aglutina diferentes elementos de forma mais contundente em torno do agro, buscando cooptar as identidades até então dispersas.

Outro conceito central da teoria de Laclau que ajuda a compreender como um discurso se constrói enquanto hegemônico, é a noção de *significante vazio*, que:

consiste na confluência de múltiplos significados em um discurso, a ponto de tal discurso perder seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas. Um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num

⁴ Nome atual da antiga Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF).

contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica. (Mendonça, 2009, p. 165).

O agro, ao ser “pop, tech e tudo”, como promovido pelo discurso midiático vinculado às indústrias e empresas do agro, assume esse lugar de significante vazio. Atores sociais do patronato rural, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que antes se colocavam enquanto representantes do agronegócio, passam a se apresentar em seus discursos enquanto interlocutores do “agro”, fagocitando críticas que partiam de movimentos sociais, sindicais e organizações não governamentais (ONGs) e ressignificando-as (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022). Desta forma, as diferenças discursivas tendem a desaparecer, assumindo um caráter hegemônico sem atacar nenhum grupo. Este fenômeno pode ser observado no âmbito político com o surgimento do Instituto Pensar Agropecuária (IPA). O IPA potencializou a agenda dos diferentes setores do agronegócio a partir de uma perspectiva multissetorial, buscando convergências entre os atores e promovendo uma agenda sincronizada nos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Na Teoria do Discurso de Laclau (1993), as tentativas de construção de algo se dão a partir de antíteses, da criação de dicotomias que servem para unir ou excluir grupos. Este processo é evidente no caso brasileiro, onde o modelo dualista entre agronegócio e agricultura familiar permeou o campo político nas últimas décadas. Mas o discurso “Uma Só Agricultura” busca induzir o término deste tratamento dual por parte das instituições:

Para seus defensores, não faria mesmo sentido dois ministérios e a diferenciação de políticas para a agricultura empresarial e familiar. Nesta narrativa, o mundo rural se divide entre os que simplesmente “são” agricultores – independente da forma social de produção, se familiar ou patronal –, e aqueles que “estão” na condição de agricultores, os mais pobres, mas que não teriam condições de competir num futuro cada vez mais dominado pela tecnologia e pela seletividade competitiva, para os quais bastariam políticas sociais. (Favareto, 2017, p. 8).

As ideias trazidas nesse discurso desencadearam uma série de debates na academia brasileira, sendo objeto de controvérsias – conforme apontam Mattei (2015) e Favareto (2017) –, mas também influenciando as políticas públicas para o segmento rural desde então. Mattei (2015) sintetizou o conteúdo das sete teses, das quais parte esse discurso, em três argumentos principais:

a) não temos mais uma questão agrária relevante no contexto atual, o que torna a bandeira da reforma agrária uma luta do passado que, segundo os próprios autores, “vai se apagando”; b) a produção agropecuária do país é totalmente dominada pela agricultura moderna, a qual é determinada por um pequeno número de grandes agricultores “eficientes economicamente”; e c) a ação do Estado não é mais necessária porque este é incapaz de atender aos desafios da nova ordem, afinal os agentes privados são eficazes e não devem ser perturbados pela ação governamental. (Mattei, 2015, p.110).

Esses argumentos buscam desconstruir politicamente os atores sociopolíticos que integram a categoria agricultura familiar, além de negar a relevância de diversas pautas

levantadas pela ação coletiva dessas organizações. Mais que isso, privilegiam os atores sociopolíticos ligados ao patronato rural e os colocam como protagonistas da agricultura. Este discurso ganha relevância na arena política de forma mais contundente a partir do Golpe de Estado de 2016 e com o avanço de governos tidos como neoliberais e populistas de direita.

Os discursos governamentais e os planos safra

Esta seção analisa os discursos governamentais relacionados aos Planos Safra nas gestões Dilma, Temer e Bolsonaro, focando nos diferentes elementos discursivos e suas repercussões. Os discursos foram selecionados a partir de discursos oficiais de Ministros do MAPA e de Ministros ou secretários de pastas atreladas à agricultura familiar, em momentos de posse e de lançamento dos Planos Safra, repercutidos por veículos da imprensa. A análise inclui a identificação de temas recorrentes e mudanças percebidas nos discursos ao longo dos diferentes governos, utilizando a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe para compreender como esses discursos construíram hegemonias, articularam significantes vazios e transformaram antagonismos em narrativas unificadoras. A seção também discute as implicações dessas práticas discursivas nas políticas públicas e nas identidades dos atores envolvidos no setor agrícola.

Salienta-se que, a reconstituição dos discursos, apresentada no quadro 1, é apenas um exercício de identificação e sistematização de alguns elementos característicos destes discursos, sendo, portanto, metodologicamente limitado, não refletindo uma amostra representativa dos discursos – precários e contingentes – produzidos em cada contexto:

Quadro 1: síntese dos discursos governamentais nas pastas da Agricultura.

PLANO SAFRA/ GOVERNO	SÍNTESE DO DISCURSO
Plano Safra empresarial e Plano Safra da Agricultura Familiar (2015/2016) – Governo Dilma Rousseff (PT)	Katia Abreu (MAPA): ⁵ “Este será o ministério dos produtores rurais, sem nenhuma espécie de divisão ou de segregação. E das empresas, este será o ministério da produção. Mas será, acima de tudo, um ministério do diálogo e dos brasileiros”. “A presidente Dilma me disse, de pronto, a minha missão: ‘Kátia, é para revolucionar.’ Nós não podemos mais ficar só anunciando Plano Safra todo ano”, disse a nova ministra. “Temos de apostar tudo na privatização. A presidente inclusive enviará proposta ao Congresso mudando a legislação de hidrovias.” “Latifúndio não existe mais. Mas isso não acaba com a reforma. Há projetos de colonização maravilhosos que podem ser implementados. Agora, usar discurso velho, antigo, irreal, para justificar reforma agrária? A bancada vai trabalhar sempre, discutir, debater.”

⁵ Discurso de posse da Ministra Kátia Abreu (Canal Rural, 2015).

	<p>⁶“Eu não tenho o menor interesse em conflito. Reforma agrária não é da minha competência. É da competência dele, e eu saberei respeitar. A Constituição está aí para pautar todos nós. Quanto à questão indígena, tem a Funai para cuidar. Enfim, cada qual no seu quadrado”.</p> <p>“(…) a tecnologia tem de ser democrática, chegar às pessoas. Nesse sentido, criamos a Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), que vai fortalecer a assistência aos médios e aos produtores familiares”.</p> <p>⁷“Ela me pediu obstinação nessa tarefa. Vamos estabelecer como meta dobrar a classe média rural nos próximos quatro anos. Tem mais de 5 milhões de produtores rurais, sendo que 70% deles estão na classe D e E, 6% na classe A e B e apenas 15% na classe C.”</p> <p>Patrus Ananias (MDA):</p> <p>⁸“(…) Para nós termos uma ideia, 2002-2003, os recursos destinados ao PRONAF, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foram poucos superiores a dois bilhões. Hoje, 2015-2016, nós estamos quase com 29 bilhões. Além de outras medidas que estimulam o cooperativismo a agroindústria, agroecologia, porque nós queremos cada vez mais uma agricultura familiar forte, presente na economia do país, contribuindo de maneira decisiva para que o Brasil consolide essa grande conquista. Que foi o fato de nós termos saído do mapa da fome da FAO, mas queremos também que seja uma agricultura familiar que produz alimentos saudáveis, alimentos que efetivamente promovam a vida.”</p>
<p>Plano Safra da Agricultura Empresarial (2017/2018) e Plano Safra da Agricultura Familiar Plurianual (2017-2020) – Governo Temer (MDB)⁹.</p>	<p>Blairo Maggi (MAPA):</p> <p>¹⁰“Nem preciso dizer o quão é moderna a nossa agropecuária. Ela é geradora, inclusive, do desenvolvimento industrial do nosso país e é fator de segurança alimentar para todo o mundo”.</p> <p>¹¹“(…) quero cumprimentar os homens do campo presidente, agricultores, comerciantes, industriais, todos aqueles que fazem parte do agro brasileiro. o agro brasileiro que apareceu agora nesse trimestre como o grande salvador, literalmente, da lavoura da economia brasileira, quando ele colocou mais de 13% de aumento no PIB desse trimestre. e eu espero que nossos agricultores pecuaristas, homens que ligados ao agronegócio, consigamos junto com a agricultura familiar cada vez mais fazer esse país um país agrícola um. País que produz alimentos um país que exporta (...).”</p>

⁶ Entrevista para o Globo Rural (2015).

⁷ Discurso de Posse da Ministra Kátia Abreu.

⁸ Transcrição realizada pelo autor a partir de entrevista em vídeo (PT,2015).

⁹ Existem menções a nomenclatura Plano Agrícola e Pecuário.

¹⁰ Discurso do ex-presidente Temer no Lançamento do Plano Safra Agrícola e Pecuário de 2017 (Gazeta do povo, 2017b).

¹¹ Trecho de discurso do lançamento do Plano Safra 2017 (Central do Agronegócio).

	<p>Eliseu Padilha (Casa Civil):</p> <p>¹² “Temos 4 milhões de famílias e 13,6 milhões de pessoas que trabalham com a agricultura familiar. Ela é responsável por 30% das exportações do setor agrícola”</p> <p>¹³ “Muitos alimentos que vão para a mesa do brasileiro ou para a lancheira das crianças são produzidos pelas mãos dos agricultores familiares. Eles são a força motriz do desenvolvimento do país”</p> <p>¹⁴ “O Plano se alicerça em tecnologia, em Ater, em regularização fundiária e em políticas específicas para água. São R\$ 30 bilhões para este ano, mas seguramente teremos um aumento desses valores para os próximos anos, devido a importância do setor”</p>
<p>Plano Safra 2019 (unificado) – Governo Bolsonaro (sem Partido).</p>	<p>Tereza Cristina (MAPA):</p> <p>¹⁵ “(...) depois de duas décadas de separação, a família da agropecuária brasileira estava ali reunida novamente. Comemoramos, naquela ocasião, a volta dos pequenos agricultores ao Ministério, de onde haviam sido retirados, como se existissem caminhos diferentes – e até antagônicos – para a agricultura.</p> <p>E foi graças à decisão do presidente Jair Bolsonaro que conseguimos fazer isso: abrigar sob o mesmo teto pequenos, médios e grandes produtores rurais! Porque, assim como eu, o presidente tem a convicção de que todos são empreendedores, são parte de um mesmo negócio e podem se desenvolver em harmonia. (...) Toda a agricultura, independentemente de seu porte, desempenha papel importante para garantir a nossa segurança alimentar e de nossos 160 parceiros comerciais. Então essa é a primeira vez, depois de muito tempo, que lançamos um único Plano Safra. Fato que merece ser realçado: temos enfim uma só agricultura alimentando com qualidade o Brasil e o mundo.</p> <p>A ênfase do Plano Safra 2019/2020 é para os pequenos e médios, que ainda precisam de apoio.”</p>

Elaboração: Autor (2024).

Os traços do discurso "Uma Só Agricultura" podem ser notados durante a atuação da Ministra Kátia Abreu no governo Dilma, em que ela buscou ampliar o público atendido pelo MAPA, ao se dispor a ouvir todos os produtores rurais e ao demonstrar publicamente a prioridade em ampliar a classe média rural. No intento de estender a influência do MAPA sobre a base de "produtores" do país, observa-se também um movimento das organizações patronais, como a CNA, da qual Kátia Abreu é ex-presidenta, que passam a se posicionar como representativas de pequenos, médios e grandes produtores rurais (CNA BRASIL).

¹² Discurso de Lançamento do Plano Safra Plurianual da Agricultura Familiar 2017-2020. Trecho de entrevista extraído do site Gazeta do Povo (2017).

¹³ Discurso do Ex-presidente Temer no Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em 2017 (Asbraer, 2017).

¹⁴ Discurso do Ex-ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha no Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em 2017 (Asbraer, 2017).

¹⁵ Discurso da Ministra Tereza Cristina, no lançamento do Plano Safra 2019/2020 (Brasil, site).

Inclusive, há menção, por parte da Ministra, das nomenclaturas de médio e pequenos produtores rurais.

A fala relativa à privatização dá indícios de uma gestão pautada em políticas neoliberais e é um demarcador importante para demonstrar que tais políticas, características de governos populistas de direita, não se restringiram apenas aos governos Temer e Bolsonaro, mas também estavam presentes nos governos petistas. Além disso, o discurso da Ministra demonstra respeito aos direitos assegurados pela Constituição Federal e aos públicos atendidos pelo INCRA e pela FUNAI, o que não foi observado durante o governo Bolsonaro, que atacava e desmantelava estas instituições.

A estratégia de Kátia Abreu pode ser vista como uma tentativa de construir uma hegemonia discursiva, utilizando "produtores" como um significante vazio que inclui diversas identidades e interesses. Esse movimento tenta suavizar os antagonismos entre diferentes tipos de produtores, criando uma identidade coletiva inclusiva que legitima a hegemonia do agronegócio.

Adentrando no Plano Safra da Agricultura Familiar, a fala do então Ministro Patrus delimita e caracteriza a diversidade e o papel social da agricultura familiar, além de destacar o MDA através de seu orçamento crescente e de sua relevância para tirar o Brasil do mapa da fome. A agricultura familiar pode ser compreendida como um ponto nodal, pois articula uma série de elementos, e a ela são atrelados diversos atributos que também configuram como um significante vazio, ao ser possível relacionar imediatamente elementos como a produção de alimentos, comida na mesa e agroecologia com a agricultura familiar. A presença de dois ministérios voltados para a agricultura impede a construção discursiva de "uma só agricultura" no plano governamental.

A fala de Patrus tenta construir uma hegemonia alternativa, destacando a importância multifacetada da agricultura familiar, tanto em termos sociais quanto econômicos. Isso inclui não apenas a produção de alimentos, mas também a segurança alimentar e a sustentabilidade agroecológica. A resistência institucional, representada pela existência de dois ministérios, reflete os antagonismos entre diferentes abordagens à política agrícola e serve como um obstáculo à consolidação do discurso de "uma só agricultura".

Durante o governo Temer, o Plano Safra da Agricultura Familiar, evento que ganhou grande visibilidade e relevância nos governos petistas, também sofreu modificações. A edição 2016/2017 havia sido elaborada com base nas demandas dos atores que tradicionalmente o construíram, ainda no final do segundo governo Dilma, e sob a coordenação do MDA. Porém, o ministério foi extinto como um dos primeiros atos do governo Temer, e quem coordenou a implementação desse Plano Safra foi a SEAD, vinculada à Casa Civil, portanto, não sofreu grandes impactos no decorrer de 2016. No entanto, o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em 2017 trouxe novidades que não agradaram às organizações da agricultura familiar e camponesa.

A novidade de maior vulto foi a transposição da correspondência temporal, visto que o plano deixou de ser anual para ser plurianual, tendo sido projetado para o período de 2017-2020 – extrapolando o período do governo Temer que foi até 2018. Além disso, os

movimentos e organizações que tradicionalmente discutiam a pauta com o governo nas gestões petistas não se fizeram presentes na elaboração, com exceção da presença da CONTAG¹⁶.

O governo mantinha em seu discurso o reconhecimento da relevância da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que promovia um processo de desmantelamento de políticas públicas. Um exemplo disso foi a imediata extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sua transformação em secretaria no início do governo Temer. O mesmo ocorreu com outras pastas, que foram reagrupadas ou perderam relevância política. Apesar dessas manobras, que apoiavam o discurso de "uma só agricultura" no governo Temer, ainda havia um tratamento dual para os atores do setor rural e o reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria sociopolítica.

O desmantelamento de políticas públicas pode ser interpretado como uma tentativa de consolidar o discurso hegemônico de "uma só agricultura" ao esvaziar significantes associados à agricultura familiar. No entanto, a resistência dos movimentos sociais e a persistência de um tratamento dual refletem o antagonismo presente e a dificuldade de estabelecer uma hegemonia total do agronegócio.

A análise dos trechos do discurso do Ministro Blairo Maggi, revela uma estratégia sofisticada de reapropriação e articulação discursiva para consolidar uma hegemonia favorável ao agronegócio. Ao posicionar a agropecuária brasileira como moderna, geradora de desenvolvimento industrial e essencial para a segurança alimentar global, o discurso busca fixar significados que tradicionalmente são defendidos por movimentos sociais e pela agricultura familiar. O conceito de segurança alimentar é incorporado ao discurso do agronegócio para redefinir e ampliar sua legitimidade. Essa reapropriação visa desarticular a crítica de que o agronegócio, com suas práticas de monocultura e intensivo uso de recursos, é incompatível com a segurança alimentar sustentável. Ao invés disso, o agronegócio é apresentado como vital para alimentar o mundo, invertendo a narrativa e colocando-se como protagonista na luta pela segurança alimentar.

O discurso também promove uma visão de unidade e cooperação entre grandes produtores e a agricultura familiar, sugerindo que ambos são necessários para tornar o Brasil um país agrícola robusto e competitivo. Ao fazer isso, o ministro tenta criar uma identidade coletiva inclusiva, desarmando possíveis conflitos e críticas ao apresentar uma imagem harmoniosa de integração entre os diferentes atores, uma integração que não existe na prática, pois os discursos entre os diferentes atores são antagônicos. Faz menção também ao significante vazio 'agro', que funciona como ponto nodal ao cimentar essa rede de relações e significados de identidades dispersas.

Adentrando no governo Bolsonaro, a motivação política em unificar o Plano Safra e, conseqüentemente, extinguir o Plano Safra da Agricultura Familiar, é claramente expressa no discurso da Ministra Tereza Cristina, que faz menção a "uma só agricultura", sem distinções entre pequenos e grandes, reduzindo-os a empreendedores. Ao unificar todos os

¹⁶ Em Contag (2017), é possível verificar as pautas enviadas pela organização que foram acatadas ou não no Plano Safra 2017/2018.

atores do rural no MAPA em torno de um discurso comum, precário e contingente, as diferenças discursivas tendem a sumir, como aponta Laclau. A fala da ministra sobre a segurança alimentar confirma isso, ao comentar que não só os pequenos são responsáveis, mas também os grandes produtores. A segurança alimentar sempre foi um tema fortemente ligado aos atores da agricultura familiar e agora é fagocitado pelo significante vazio do agro. Ainda neste discurso, a ministra comenta sobre uma convivência harmoniosa, que, na prática, não existe. Os discursos antagônicos seguem produzindo conflitos, principalmente os advindos de atores que encontraram a permeabilidade do Estado altamente restrita naquele momento.

Ainda sobre o governo Bolsonaro, é importante destacar que a SEAD foi vinculada ao MAPA e teve seu nome alterado para Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF)¹⁷. Tal ato repercute em um alinhamento discursivo com a política do MAPA e como uma ação simbólica que implica em desdobramentos no tratamento que esta secretaria fará com o público abrangido por ela. O decreto 10.688 de 26 de abril de 2021¹⁸, que altera decretos anteriores referentes a instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar, é uma das ações de alinhamento a este discurso.

O uso do termo "agro" como significante vazio permite englobar tanto pequenos quanto grandes produtores, facilitando a construção de uma hegemonia que apaga as diferenças entre esses grupos. Além disso, "agro" funciona como um ponto nodal, centralizando e organizando a rede de significados em torno da agricultura moderna, eficiente e sustentável. Essa centralização permite que o discurso de "uma só agricultura" se apresente como inclusivo e abrangente, mesmo que na prática ele desconsidere as especificidades e necessidades distintas dos diferentes grupos de produtores.

No entanto, a resistência dos atores da agricultura familiar e os conflitos emergentes refletem os antagonismos que impedem a plena hegemonia do discurso de "uma só agricultura", mesmo no governo Bolsonaro. Esses antagonismos revelam a precariedade do discurso hegemônico, demonstrando que, apesar das tentativas de unificação, as diferenças e os conflitos continuam a emergir, questionando a efetividade e a legitimidade dessa narrativa unificadora.

A análise dos discursos dos diferentes governos revela uma dinâmica complexa de construção e disputa hegemônica no campo da política agrícola brasileira. Durante o governo Dilma, o discurso da Ministra Kátia Abreu tentou unificar os produtores rurais sob uma identidade coletiva, ao mesmo tempo em que promovia políticas neoliberais, refletindo uma abordagem inclusiva e dualista. No governo Temer, sob a liderança de Eliseu Padilha, observou-se um dismantelamento gradual das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, acompanhado de um discurso que, embora reconhecesse a importância desse segmento, favorecia a consolidação do agronegócio como protagonista. O governo

¹⁷ Decreto n° 9.667 de 2 de janeiro de 2019.

¹⁸ "Altera o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais" (Brasil, 2021).

Bolsonaro, através do discurso da Ministra Tereza Cristina, aprofundou essa tendência, promovendo a unificação do Plano Safra e extinguindo o Plano Safra da Agricultura Familiar, enquanto utilizava o termo "agro" como ponto nodal para centralizar e diluir as distinções entre pequenos e grandes produtores. Essas mudanças discursivas foram acompanhadas por significativas alterações institucionais, como a transformação do MDA em SEAD e posteriormente em SAF, refletindo um alinhamento cada vez mais claro com a política do agronegócio e uma tentativa de consolidar uma hegemonia que apaga as especificidades e necessidades da agricultura familiar. Contudo, a resistência e os conflitos emergentes demonstram a precariedade dessa hegemonia, evidenciando que as diferenças e os antagonismos continuam a desafiar a narrativa unificadora de "uma só agricultura".

O quadro a seguir foi elaborado com base nos conceitos de significante vazio, ponto nodal, hegemonia, antagonismo, articulação discursiva, precariedade e contingência, conforme discutidos por Laclau e Mouffe (1985, 1987):

Quadro 2: Aplicação dos conceitos de Laclau e Mouffe no contexto dos discursos sobre o agronegócio e agricultura familiar no Brasil.

Conceito	Definição	Aplicação no Contexto do Agro e dos Discursos
Significante Vazio	Termo ou conceito que é suficientemente vago para englobar múltiplos significados, permitindo a articulação de diferentes demandas e identidades.	"Agro" : Utilizado para unificar pequenos, médios e grandes produtores, incorporando conceitos de modernização, eficiência, sustentabilidade, e apagando distinções.
Ponto Nodal	Elemento central em um discurso que organiza e fixa significados de outros elementos, estabilizando a cadeia de significantes em torno de um significado central.	"Agro" : Funciona como ponto nodal ao centralizar a narrativa de uma agricultura moderna e eficiente, englobando diversos atores e apagando as diferenças entre eles.
Hegemonia	Processo pelo qual um discurso se torna dominante, articulando elementos dispersos em um todo coerente que obtém consenso social.	Discurso de "Uma Só Agricultura" : Tentativa de criar uma identidade coletiva inclusiva, apagando distinções entre diferentes tipos de produtores e promovendo unidade.
Antagonismo	Conflito entre diferentes discursos e identidades que se opõem mutuamente, impedindo que qualquer discurso alcance hegemonia total.	Agronegócio vs. Agricultura Familiar : Conflito contínuo entre a narrativa hegemônica do agronegócio e as resistências dos movimentos sociais e da agricultura familiar.

Articulação Discursiva	Processo de construção de identidades e significados através de práticas que criam narrativas coesas e atendem a múltiplos interesses.	Discursos dos Ministros: Tentativas de criar uma narrativa coesa que integra diferentes interesses, como a inclusão de pequenos produtores no discurso do agronegócio.
Precariedade e Contingência	Noções de que os discursos são sempre temporários e sujeitos a mudanças, nunca alcançando uma fixação total e estável.	Mudanças de Políticas e Instituições: Alterações nas políticas públicas e estruturas institucionais ao longo dos governos refletem a natureza contingente dos discursos.

Elaboração: Autor (2024).

Em contraste com a tradição dos governos petistas, que envolviam movimentos sociais e sindicais do campo da agricultura familiar e camponesa na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar, os governos Temer e Bolsonaro fizeram alterações significativas nos atores participantes desse processo. Essas mudanças refletem o discurso hegemônico emergente, resultando em uma desconstrução discursiva evidente que começa a se manifestar nos instrumentos normativos das instituições. Isso corrobora a ideia de que um discurso é uma prática ligada a um conjunto de ações. Essas observações reforçam como os discursos governamentais sobre o Plano Safra não apenas refletem, mas também moldam as políticas públicas e as identidades dos atores no setor agrícola. Aplicando a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, podemos entender como esses discursos constroem hegemonias, articulam significantes vazios e transformam antagonismos em narrativas unificadoras que servem a propósitos políticos específicos.

Considerações finais

Este artigo utilizou a Teoria do Discurso para entender a crescente hegemonia do discurso "Uma Só Agricultura" no contexto político brasileiro. A análise mostrou como a lógica discursiva dos porta-vozes do patronato rural influencia a arena política, adaptando-se para representar também os atores da agricultura familiar. Observou-se que o discurso "Uma Só Agricultura" começou a ganhar força durante os governos petistas e se tornou hegemônico com a ascensão de governos de orientação liberal e autoritária, fortalecidos pelo populismo de direita. Este fenômeno destaca a necessidade de uma análise mais profunda dos elementos do populismo, conforme discutido nas teorias de Laclau e Mouffe, uma lacuna que este estudo não pôde explorar completamente. Uma imersão teórica nesses conceitos poderia esclarecer as múltiplas implicações da ascensão desse discurso na política brasileira.

A difusão deste discurso foi significativamente impulsionada pelos ministros da agricultura, muitos deles ligados à CNA e FPA. Eles promoveram uma agenda que favorece as instituições do patronato rural, apresentando-se como representantes de todos os

produtores, sem distinções. O discurso do patronato rural, frequentemente visto como homogêneo, esconde, na verdade, discursos antagônicos produzidos por seus atores. Pompeia (2021) identifica ao menos cinco tipos distintos de discursos entre as organizações do agronegócio brasileiro: "negacionistas", "conservadores", "volúveis", "descarbonizadores" e "europeus". O discurso "Uma Só Agricultura" é uma zona conflitiva, precária e contingente, que fagocita e antagoniza elementos externos e internos.

Os diferentes enfoques dos ministros ligados à CNA também refletem essas variantes discursivas. Ex-ministros como Kátia Abreu e Blairo Maggi expressaram publicamente preocupações com a imagem do agro brasileiro devido à política ambiental do governo Bolsonaro. Compreender a prática articulatória do discurso "Uma Só Agricultura" requer uma análise mais profunda dos discursos antagônicos produzidos por diferentes coalizões do agronegócio, incluindo atores sociais, instituições, a Frente Parlamentar Agropecuária e corporações.

Teoricamente, a análise mostra como estratégias discursivas podem promover uma visão particular da agricultura e legitimar essa visão como a única legítima e desejável, iluminando os processos de construção, disseminação e internalização de narrativas políticas. Praticamente, a análise oferece insights valiosos para formuladores de políticas, permitindo uma compreensão mais holística dos interesses e dinâmicas de poder no setor agrícola. Reconhecendo como certos discursos moldam agendas políticas e influenciam decisões, os formuladores de políticas podem adotar abordagens mais informadas e inclusivas, considerando uma gama mais ampla de perspectivas e interesses no campo agrícola brasileiro.

A construção de uma hegemonia discursiva pelo agronegócio, através do discurso "Uma Só Agricultura", demonstra como a articulação de significantes vazios pode integrar diferentes demandas e identidades, consolidando uma visão dominante no campo político. No entanto, a resistência e os antagonismos persistentes, especialmente dos movimentos de agricultura familiar, revelam a precariedade e a contingência dessa hegemonia, que continua a ser contestada e negociada no cenário político. Para formuladores de políticas, entender esses processos discursivos é crucial. Políticas públicas mais inclusivas e efetivas podem ser desenvolvidas ao reconhecer e incorporar a diversidade de vozes e interesses presentes no setor agrícola, evitando a marginalização de atores importantes.

Como indicativo de estudos futuros, a aplicação da Teoria do Discurso mostra-se promissora em conjunto com a abordagem de policy dismantling (Bauer et al, 2012), especialmente para analisar desmantelamentos simbólicos e discursivos. Além disso, a metodologia da frame analysis e marcos interpretativos pode ser útil para construir quadros discursivos e entender melhor o discurso de cada governo (Bittencourt; Romano; Castilho, 2022). É essencial identificar os significantes vazios e os elementos que fazem do "Agro" uma síntese discursiva, conforme teorizado pelos pesquisadores das "sete teses".

Referências

- ABERS, R. N. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2021.
- ASBRAER. Plano Safra da Agricultura Familiar é lançado no Planalto. 2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/2852-plano-safra-da-agricultura-familiar-e-lancado-no-planalto>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- BARTH, V. J.; GRISA, C. Domínios de agência e encaixes nas interações socioestatais do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). In: *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2021. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362503-DOMINIOS-DE-AGENCIA-E-ENCAIXES-NAS-INTERACOES-SOCIOESTATAIS-DO-MOVIMENTO-DOS-PEQUENOS-AGRICULTORES-\(MPA\)](https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/362503-DOMINIOS-DE-AGENCIA-E-ENCAIXES-NAS-INTERACOES-SOCIOESTATAIS-DO-MOVIMENTO-DOS-PEQUENOS-AGRICULTORES-(MPA)). Acesso em: 12 jun. 2024.
- BAUER, M.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. *Dismantling public policy: preferences, strategies and effects*. Londres: Oxford Univ. Press, 2012.
- BIANCHINI, V. *20 anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015.
- BITTENCOURT, T. P.; ROMANO, J. O.; CASTILHO, A. C. A. S. O discurso político do agronegócio. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, p. 186-207, jan./jun. 2022.
- BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html#:~:text=Altera%20e%20revoga%20dispositivos%20da,da%20Rep%C3%BAblica%20e%20dos%20Minist%C3%A9rios>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- _____. Casa Civil. Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019. *Diário Oficial da União*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.
- _____. Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=10688&ano=2021&data=26/04/2021&ato=accIzZE5UMZpWT4f8#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%209.064,Nacional%20da%20Agricultura%20Familiar%20e>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com R\$ 225,59 bilhões, Plano Safra 2019/2020 é lançado. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-r-225-59-bilhoes-plano-safra-2019-2020-e-lancado>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: mudanças recentes e perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

- CANAL RURAL. Kátia Abreu leva técnicos da CNA para ministério. 2015. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/katia-abreu-leva-tecnicos-cna-para-ministerio-54363/>. Acesso em: 07 jun. 2021.
- CENTRAL DO AGRONEGÓCIO. Ministro Blairo Maggi na apresentação do Plano Safra 2017/2018. 6 de ago. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ICt1PFF8N0>. Acesso em: 25 mai. 2024.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). Institucional CNA. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- CONTAG. O Governo Federal lança PLANO-SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2017/2020 sem as bases reais para garantir a sua implementação. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12293&nw=1&mt=1>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- DISCURSO da Ministra Tereza Cristina, no lançamento do Plano Safra 2019/2020. MAPA. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-r-225-59-bilhoes-plano-safra-2019-2020-e-lancado>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- FAVARETO, A. Concepções de Desenvolvimento e de Intervenção Pública no Brasil Rural sob o Governo Temer e Além. *Raízes*, Campina Grande, v. 37, n. 2, jul.-dez. 2017.
- GAZETA DO POVO. Plano Safra da Agricultura Familiar oferece juros a partir de 2,5% ao ano. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/plano-safra-da-agricultura-familiar-oferece-juros-a-partir-de-25ao-ano-83w8ldss2gux27mbytlgd373h/>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- _____. Governo libera R\$ 190,25 bilhões com juros menores para médios e grandes produtores. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/governo-libera-r-19025-bilhoes-com-juros-menores-para-medios-e-grandes-produtores-3foytj2yxpm3vjdiwphxs7n/>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- GLOBO RURAL. Kátia Abreu, 53 anos, é ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). 2015. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/09/katia-abreu-53-anos-e-ministra-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-mapa.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.
- LACLAU, E. Discourse. In: GOODIN, R.; PETTIT, P. (eds.). *The Blackwell Companion to Contemporary Political Thought*. London: Blackwell, 1993. p. 431-437.
- _____. Populismo: que nos dice el nombre? In: PANIZA, F. (org.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 51-70.

- LAVALLE, A. G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. EdUERJ, 2018.
- LOPES, E. R.; ROMANO, J. O.; PETERSEN, P.; BITTENCOURT, T. P. Agro, um mau negócio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 14, p. 8-10, 2021.
- MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *RESR*, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S105-S124, 2015.
- MEDEIROS, J. C. Trajetória do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): as capacidades do Estado em questão. 2020. *Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Rev. Bras. Ci. Pol.*, Brasília, n. 1, p. 153-169, jan./jun. 2009.
- MOUFFE, C. O momento populista. *Simbiótica*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2019.
- NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E.; SCHMITT, C. J.; ÁVILA, M. L. de; PETERSEN, P.; ASSIS, W. S. de. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan.-abr. 2019.
- PICOLOTTO, E. L. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- POMPEIA, C. a. Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 35, n. 104, e3510410, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- _____. b. "Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 31-57, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xjhwQdTB5jVzgPqjnSCfGvQ/?lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- PT. Patrus Ananias faz balanço sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar 15/16. Disponível em: <https://pt.org.br/patrus-ananias-faz-balanco-sobre-o-plano-safra-da-agricultura-familiar-1516/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- SCHMITT, C. J. "A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul". In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- SCHNEIDER, S. *A Diversidade da Agricultura Familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SOLDERA, D. A instabilidade do referencial de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das narrativas dualistas. 2018. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178609/001066439.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

VALOR. “Latifúndio não existe mais”, diz ministra da Agricultura a jornal. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/latifundio-nao-existe-mais-diz-ministra-da-agricultura-a-jornal.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2021.

*Recebido em: 03-01-2025
Modificado em: 19-02-2025
Aceito em: 07-05-2025*

Vinicius Jean Barth

Doutorando em Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).